



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

LARA BATOMARCO NOBRE

**A INFÂNCIA PESQUISADA NA PANDEMIA: OLHARES PARA A
VIOLÊNCIA DURANTE O ISOLAMENTO SOCIAL**

**Brasília-DF
2022**



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

LARA BATOMARCO NOBRE

**A INFÂNCIA PESQUISADA NA PANDEMIA: OLHARES PARA A
VIOLÊNCIA DURANTE O ISOLAMENTO SOCIAL**

Trabalho Final de Curso apresentado à
Banca Examinadora da Faculdade de
Educação da Universidade de Brasília,
como requisito parcial e insubstituível
para a obtenção do título de Pedagoga
pela Universidade de Brasília.

Orientadora:

Profa. Dra. Monique Ap. Voltarelli

**Brasília-DF
2022**

**A INFÂNCIA PESQUISADA NA PANDEMIA: OLHARES PARA A
VIOLÊNCIA DURANTE O ISOLAMENTO SOCIAL**

Trabalho Final de Curso apresentado à banca examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, como requisito parcial e insubstituível para obtenção do título de Graduação do Curso de Pedagogia da Universidade de Brasília.

Aprovado em 01 de dezembro de 2022.

Profa. Dra. Monique A. Voltarelli - Universidade de Brasília
Orientadora

Profa. Dra. Andrea Cristina Versuti – Universidade de Brasília
Examinadora

Profa. Dra. Viviane Fernandes Faria Pinto – Universidade de Brasília
Examinadora

Profa. Dra. Etienne Baldez Louzada Barbosa – Universidade de Brasília
Suplente

N754i Batomarco Nobre, Lara
A infância pesquisada na pandemia: olhares para a
violência durante o isolamento social / Lara Batomarco
Nobre; orientador Monique Aparecida Voltarelli. --
Brasília, 2022.
33 p.

Monografia (Graduação - Pedagogia) -- Universidade de
Brasília, 2022.

1. Infância e pandemia. 2. Violência contra a criança
durante o isolamento social. I. Aparecida Voltarelli,
Monique , orient. II. Título.

MEMORIAL

Em início, para falar acerca da minha trajetória acadêmica, começo relembrando os primórdios da infância, afinal, nesta fase se constroem os principais conceitos que irão permanecer durante toda a construção social na vida de um indivíduo. Assim, desde a infância desfrutei de experiências e construção de significados dentro do ambiente escolar, não só como estudante, mas em todos os contraturnos como filha de uma professora incrível, que também realizou a graduação de pedagogia na Universidade de Brasília.

Penso que essas influências externas estiveram sempre intrínsecas em meu viver, pois constantemente observava o trabalho dentro das escolas e também auxiliava nas demandas e elaboração de materiais pedagógicos. Com isso, desde pequena possuo um carinho enorme pelas artes plásticas, pela criatividade, pela inovação e pelos demais aspectos que envolvem essa área. Avançando os anos, em meados do ano de 2019 ainda permanecia indecisa em relação à minha escolha de curso, realizei o PAS (Programa de Avaliação Seriada) nos três anos do ensino médio, porém ao final ainda não sabia que caminho seguir.

Assim, decidi ingressar no curso de pedagogia com olhos para a área da psicologia ou das artes, que até então despertavam o meu interesse. Ao iniciar a graduação na Universidade de Brasília tive uma grande surpresa, no primeiro semestre minha visão se ampliou para além da realidade que vivia, principalmente pelos docentes que proporcionaram essa vivência, onde pude desfrutar de inúmeras experiências que sem dúvidas fizeram a diferença na minha vida.

Considero que esse foi um ano maravilhoso em minha vida, cada dia que frequentava a universidade tornava-se único, as aulas, atividades, seminários, dinâmicas, entre outros, sempre contribuíram imensamente para o meu aprendizado e principalmente para a reflexão crítica, pois no ensino médio nem sempre desfrutamos dessa realidade. Infelizmente, após o ano de 2019, vivenciei dois anos e meio de aulas remotas na universidade, em razão da pandemia da Covid-19.

O período da pandemia, em que nos deparamos com o ensino remoto, foi extremamente desmotivador, as aulas tornaram-se maçantes e repetitivas, sem contar o aumento de cansaço principalmente pelo desgaste na saúde mental por estar em isolamento. Os dias em casa passaram devagar, as aulas não tinham mais a força vital que

senti no primeiro ano de faculdade, pois não sabia da onde obter forças para prosseguir com os estudos em meio à falta de motivação.

Os textos pareciam desconexos com as aulas, o entendimento não era o mesmo e as aprendizagens que adquiri se tornaram precárias por mais que tentasse. Por sorte, no terceiro semestre de ensino remoto realizei a matéria de Educação Infantil com a Profa. Dra. Monique Ap. Voltarelli, que sem dúvidas fez os meus olhos brilharem novamente, onde encontrei uma motivação para prosseguir. Confesso que a Educação Infantil é uma área da qual eu jamais imaginava adentrar, devido aos meus interesses iniciais, porém realizar a matéria, em especial, com a Profa. Dra. Monique me encantou de uma forma imensurável pelos seus ensinamentos incríveis, pois mesmo no ensino remoto estava disposta a assistir todas as aulas, ler todos os textos e até ligar a câmera.

Na metade do ano de 2022, com o retorno das aulas presenciais, percebi que não senti a mesma coisa com o primeiro ano vivenciado, porém neste ano também adquiri incalculáveis conhecimentos, comecei a realizar estágio em um berçário no Ministério da Saúde e me encontrei verdadeiramente junto aos bebês e as crianças pequenas, e sempre me recordo dos ensinamentos da Profa. Dra. Monique. Além disso, conheci pessoas que me motivaram muito para os estudos, iniciei o Projeto de Iniciação Científica PIBIC/UnB com a professora, e percebo cada vez mais a importância da educação em nossa sociedade, e com isso, me orgulho cada vez mais de ter escolhido o curso de pedagogia.

A INFÂNCIA PESQUISADA NA PANDEMIA: OLHARES PARA A VIOLÊNCIA DURANTE O ISOLAMENTO SOCIAL

Lara Batomarco Nobre¹

Profa. Dra. Monique Ap. Voltarelli²

Resumo:

O presente trabalho desenvolve-se a partir de uma pesquisa guarda-chuva, sobre infância e pandemia, realizada a partir do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade de Brasília no período de 2022 a 2023. Como recorte de um estudo mais amplo, esta pesquisa visa, a partir das produções científicas, a exploração dos aspectos relacionados à infância vivenciada durante a pandemia da Covid-19, com efeito nas circunstâncias que corroboraram para a intensificação da violência infantil no território brasileiro durante o período de isolamento social, tendo em vista que a quarentena fortaleceu os fenômenos propulsores de diversos tipos de violência, que compõem uma temática de extrema urgência. Desta forma, investiga-se neste artigo as variadas características das violências praticadas contra as crianças, bem como as consequências e efeitos resultantes de agressões psicológicas, físicas, sexuais, de maus-tratos, do rompimento dos direitos infantis e até da violência mediada pelas tecnologias digitais a partir das publicações acadêmicas deste período.

Palavras-chave: Crianças. Infância. Estudos da Infância. Violência. Pandemia. Covid-19.

Abstract:

The present work is developed from an umbrella research on childhood and pandemic, carried out from the Institutional Program of Scientific Initiation Scholarships of the University of Brasília in the period from 2022 to 2023. As a part of a broader study, this research aims, from scientific productions, to explore aspects related to childhood experienced during the Covid-19 pandemic and the circumstances that cooperated to the intensification of child violence in Brazil during the period of social isolation, considering that quarantine strengthened the propulsive phenomena of various types of violence, which make up a theme of extreme urgency. So, this article investigates the difference of

¹ Graduanda do curso de Pedagogia; artigo refere-se à apresentação do trabalho de conclusão de curso.

² Professora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, Departamento de Métodos e Técnicas e orientadora deste trabalho de conclusão de curso.

characteristics of violence against children, as well as the consequences and effects resulting from psychological, physical, sexual, ill-treatment, disruption of children's rights and even violence mediated by digital technologies from academic publications on this period.

Keywords: Children. Childhood. Childhood Studies. Violence. Pandemic. Covid-19.

Introdução

Observa-se que a infância brasileira foi experienciada a partir de múltiplas perspectivas e situações em meio ao cenário pandêmico da Covid-19. As readaptações em meio às circunstâncias emergenciais foram essenciais para a continuação das atividades rotineiras desenvolvidas pela população, todavia, reconhece-se que nem todos desfrutaram das mesmas possibilidades e oportunidades para essa reorganização, uma vez que a desigualdade social presente em nosso país se potencializou, ampliando as esferas de vulnerabilidade.

A expansão da disparidade entre as classes sociais resultou em incontáveis problemas, especialmente no que tange a infância, que é o foco central desta discussão. Com o intuito de direcionar os olhares para a multiplicidade dos tipos de violência suportados pelas crianças em meio ao isolamento social, o estudo dentro do campo da sociologia da infância possibilita o reconhecimento e a valorização das infâncias brasileiras em meio à sua diversidade, pois cada vez mais tem sido percebido as crianças enquanto sujeitos ativos, plurais, multiculturais, históricos e particulares em nossa sociedade.

As crianças são cidadãs, dignas do reconhecimento de seus direitos e de sua valorização como seres repletos de historicidade, uma vez consideradas “um conceito carregado de historicidade e também como um campo de embate político” (FIUZA; KLANOVICZ, 2021, p.2). Portanto, dá-se a relevância na problemática deste texto a partir da busca pela valorização das crianças como atores sociais de direito e atuação plena, que necessitam de proteção integral e segurança, pois estes sujeitos devem ser vistos em sua totalidade e integralidade, uma vez que carecem de participação ativa em nossa sociedade, assim como requerem da garantia de seus direitos expressos em documentos oficiais e da criação de políticas públicas para a infância. (BRANDÃO, 2021).

Desta forma, considerando as repercussões e mudanças originadas no contexto social da infância, o presente trabalho almeja a promoção da visibilidade das crianças que vivenciaram as consequências do aumento da vulnerabilidade ocasionada pela Covid-19, com efeito nas que foram vítimas de violência durante a quarentena, para que não se tornem vítimas esquecidas desta pandemia. Reconhecendo de acordo com Oliveira et. al. (2022) a violência como uma prática intencionalmente violenta ou como ameaças que resultem em danos significativos, os quais atingem principalmente os grupos sociais mais vulneráveis. Desde essa perspectiva os questionamentos elaborados neste trabalho objetivam a exploração das diversas práticas de violência realizadas contra as crianças que acarretam no rompimento dos seus direitos, a fim de refletir e analisar os impactos causados na infância, a partir da análise das publicações acadêmicas selecionadas para composição desta pesquisa.

O estudo realizado trata-se de um recorte de uma pesquisa promovida pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade de Brasília, desenvolvida ao longo dos anos de 2022/2023. A pesquisa guarda-chuva, de caráter exploratório e natureza qualitativa, coordenada pela Profa. Dra. Monique Ap. Voltarelli visa investigar as produções científicas sobre a “infância e pandemia”, a fim de explorar a partir do mapeamento de artigos científicos, as questões sociais que afetaram a infância em suas múltiplas esferas, durante a pandemia da Covid-19.

Portanto, esta pesquisa em sua macro esfera se refere aos contextos do grupo social infância e da evidente vulnerabilidade durante a pandemia, o que possibilitou a extensão e a repartição das temáticas presentes na estrutura geral. Alicerçado ao levantamento de dados realizado em quatro plataformas, a saber, Scielo, Google Acadêmico, Anped e o Portal de Periódicos da CAPES, os trabalhos encontrados foram analisados e organizados em cinco subcategorias, relacionadas ao objetivo da pesquisa. As categorias foram nomeadas “infância indígena e pandemia”, “crianças e violência durante o isolamento social na pandemia”, “perspectivas sobre os impactos da Covid-19 para as crianças”, “desigualdade social e infância em tempos de pandemia” e “as crianças em situação de vulnerabilidade na pandemia”, em razão da similaridade das temáticas presentes nos artigos.

O estudo abarca a investigação, a exploração, a análise e o mapeamento de periódicos, pesquisas e artigos publicados nos anos de 2020 a 2022, que expuseram as condições evidentes acerca da infância em virtude de uma situação emergencial de saúde pública no país. Com isso, a partir do recorte da pesquisa guarda-chuva, selecionou-se a categoria “crianças e a violência durante o isolamento social na pandemia” para a

realização deste trabalho, que se volta para a investigação, a partir das mais diversas realidades, dos efeitos resultantes da prática de violência contra a criança durante a pandemia.

Do mesmo modo, explorando as variantes observadas no contexto social da infância, busca-se analisar as características dos contextos de vulnerabilidade aos quais as crianças estavam suscetíveis, tendo em vista que este conceito refere-se à posição de vulnerabilidade quanto à exposição, desproteção e fragilidade vivida por esse grupo social, ademais, visa-se apurar os atributos presentes nos olhares dos pesquisadores para as crianças, bem como as condições sociais que foram observadas nas pesquisas e como esses seres encontram-se retratados por essas investigações, considerando que em meio à quarentena inúmeros tipos de violência, em muitos casos já existentes, foram fortificados em consequência da indefensabilidade das vítimas.

Nota-se ao longo dos artigos, que os autores avaliaram a violência a partir de múltiplas perspectivas, a fim investigar diferentes fenômenos ocorridos e as reais situações enfrentadas por essas crianças, que pouco foram representadas ou percebidas. Em muitos casos, a ausência e/ou a falta de suporte das instituições educativas e serviços de saúde, somadas às condições socioeconômicas ocultas em que se encontravam, agravaram as realidades da violência intrafamiliar doméstica e sexual, em razão da dificuldade de identificar os casos pela falta de contato com esses locais.

Entretanto, outros tipos de violência contra a criança também foram experienciados como a negligência, a vedação da participação dos indivíduos nos locais públicos, a falta de atendimento nos serviços de apoio, a violência provocada pelas tecnologias, a violência auto infligida/autoprovocada e até o rompimento dos direitos das crianças, as quais foram observadas na análise das publicações e que serão discutidas ao longo deste trabalho.

Discussão teórica

A situação emergencial de saúde pública instaurada mundialmente a partir da disseminação do vírus da Covid-19 em meados do ano de 2020, acarretou em incontáveis problemáticas para a vida da população. O avanço da disseminação do coronavírus, assim como os altos índices de mortalidade existentes neste momento causaram pânico geral na população, a crise sanitária resultou na instauração de uma medida protetiva que de acordo com a OMS (Organização Mundial da Saúde), era considerada a melhor

alternativa para a contenção do novo coronavírus. Desta forma, sucedeu-se o isolamento total dos indivíduos, este fenômeno resultou em mudanças repentinas nas vivências cotidianas, na rotina, na frequência dos espaços de convivência e nas relações familiares e sociais.

Consequentemente, o distanciamento dos sujeitos de suas atribuições diárias e dos espaços sociais, causaram efeitos devastadores em suas habitualidades. As crianças vulneráveis sentiram ainda mais esses impactos, tais como as que vivem assentamentos informais, as sem-teto, as de populações rurais, de grupos que estavam em processos migratórios, as refugiadas, as moradoras das comunidades indígenas e as moradoras de áreas de risco de calamidade, em virtude da ausência de políticas públicas e formas de proteção social que garantam medidas protetivas e/ou condições básicas de sobrevivência para esses grupos. Todavia, embora reconhecida a urgência do isolamento social, decorrente da emergência de saúde pública provinda pelo surto do novo coronavírus em 2019, esta pesquisa enfatiza o alcance da problemática da violência, que o isolamento social trouxe em potencial para as múltiplas esferas da infância, na medida em que potencializou a desproteção desse grupo.

A realidade multicultural existente no território nacional abarca a diversidade e a pluralidade das infâncias brasileiras. A infância por sua vez, constitui-se como um grupo social, cultural e político, carregado de historicidade e capacidade de transformação social. Com isso, dá-se a importância de reconhecer as crianças como sujeitos protagonistas, ativos e participativos em nossa sociedade, como um meio para romper com parâmetros adultocêntricos e perspectivas futuristas impostas sobre elas, visto que são capazes de refletir acerca de temáticas relevantes para a sua realidade. (FIUZA; KLANOVICZ, 2021).

Do mesmo modo, considerando que as experiências infantis não ocorreram de forma semelhante durante o isolamento social, o cuidado com as crianças durante a pandemia torna-se fundamental para a garantia de seus direitos à proteção integral. Cada criança enfrentou este cenário de acordo com seu panorama e de forma singular, dado a variedade e a complexidade de contextos que permeiam as infâncias brasileiras, com inúmeros problemas, desafios e adversidades únicas para cada gênero, etnia e classe social, que foram sofridas enquanto estavam fora da escola (BRANDÃO, 2021).

Desta forma, o diálogo desta temática com o campo da sociologia da infância torna-se essencial, uma vez considerada a abundância e as singularidades das infâncias brasileiras, que não foram vivenciadas do mesmo modo durante este período, ademais,

ressalta-se a capacidade de transformação das crianças em nossa sociedade. Para mais, diante da Covid-19 e do distanciamento social, o âmbito da violência contra a criança ampliou-se em uma perspectiva multidimensional, posto que além do aumento da vulnerabilidade, as crianças em seus lares tornaram-se ainda mais expostas à violência.

A violência contra as crianças reproduzida durante a crise sanitária provocada pelo cenário pandêmico problematiza-se com base nas características explícitas da ação, uma vez que viola diretamente os direitos humanos e fundamentais e interrompe a vivência de uma infância plena, como assevera o art. 227 da Constituição Federal de 1988, quando afirma que a criança tem prioridade ao “direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”, e que devem ser colocadas “a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.” (BRASIL, 1988).

Desta forma, para além da Constituição Federal e conjecturando que a garantia dos direitos das crianças dá-se a partir do Estado, da família e da sociedade, o art. 7 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), estabelece da mesma maneira que “A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência”. (BRASIL, 1990).

Posto isto e considerando a criança em sua totalidade, a Declaração Universal dos Direitos das Crianças de 1959 realizada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF assegura, do mesmo modo, o direito à proteção da criança para o seu desenvolvimento físico, mental e social, em que esta deve crescer em um ambiente seguro e protetor, a fim de desenvolver-se integralmente como um sujeito integrado em direitos e deveres, capaz de exercer a cidadania.

Por fim, a Convenção sobre os Direitos das Crianças de 1989 garante igualmente a adoção de medidas legislativas, administrativas, sociais e educacionais que visem a proteção da criança contra “todas as formas de violência física ou mental, ofensas ou abusos, negligência ou tratamento displicente, maus-tratos ou exploração, inclusive abuso sexual”. (ONU, 1989).

Dessa maneira, a discussão acerca dos ataques contra as crianças intensificados no decorrer da quarentena tornou-se polissêmica, uma vez “produzida e reproduzida por vários elementos que se articulam para emergência desse fenômeno” (OLIVEIRA et. al, 2022, p.5), como a supressão dos direitos básicos exibidos nos documentos supracitados.

Levando em consideração as múltiplas perspectivas, realidades e tipos de violências sofridas pelas crianças, o presente cenário de desigualdade social em meio às classes brasileiras, exacerbado pela diminuição da renda familiar, perda de emprego e situações socioeconômicas instabilizadas, contribuiu para o aumento da vulnerabilidade, como percebe Cabral et. al. (2021) que ao analisar as diretrizes governamentais do país, observou que o afastamento pôde ser avaliado a partir de diversos pareceres.

A visibilidade desse grupo tornou-se imprescindível para avaliar os reais fenômenos vivenciados pelas crianças fora da escola, a fim de representá-las através de uma perspectiva histórico-sócio-cultural, como sujeitos participantes e ativos na sociedade. Dentre os pontos observados em meio às circunstâncias emergenciais, percebe-se que a escola dispõe de uma função fundamental na vida das crianças, pois além de ser um mecanismo valioso no que tange a identificação da violência intrafamiliar, também desfruta de um caráter protetivo, como um local seguro capaz de oferecer apoio, suporte e serviços destinados ao auxílio do desenvolvimento infantil. (SOARES et. al. 2021; Da SILVA et. al. 2021)

Nesse âmbito, ressalta-se que a convivência constante das crianças com seus familiares, as tornaram mais vulneráveis à violência em virtude de fatores estressores adicionais como “problemas financeiros, desemprego, aumento de uso de substâncias, maior carga de trabalho doméstico” (OLIVEIRA, et. al, 2022, p. 5). As mudanças econômicas, o desemprego, a instabilidade financeira, a sobrecarga do trabalho remoto, a interrupção das relações interpessoais, entre outros, corroboraram para o surgimento de práticas agressivas nos lares, em virtude das alterações comportamentais e/ou desobediência por parte das crianças (SOARES et. al. 2021; FIUZA; KLANOVICZ, 2021).

Nesse sentido, evidencia-se o crescimento da quantidade dos episódios de violência intrafamiliar, doméstica e sexual, em virtude do maior tempo de contato com os agressores, que tornou as crianças propensas à violência (SOARES et. al. 2021). Ademais, a vivência das crianças oriundas das classes populares torna-se ainda mais delicada diante da pandemia, pois em meio à suscetibilidade que enfrentam, seus direitos foram silenciosamente violados, como por exemplo, pela prática da violência sexual. (Da ROSA; MAGALHÃES, 2020).

Destarte, nota-se que os registros de denúncia durante a quarentena subnotificaram violações dos direitos das crianças na esfera da violência e maus-tratos infantis, uma vez percebida a diminuição das notificações de casos de violência intrafamiliar, enquanto que

os índices dos atos praticados em questão sucediam-se de maneira alarmante (LEVANDOWSKI, et. al., 2021; OLIVEIRA, et. al. 2022). Ainda assim, pensa-se que a divulgação integral dos dados relacionados à desproteção integral da infância acarretaria na negligência do papel do Estado, no que se refere o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), sendo assim, tais efeitos somam-se à aparição de consequências e impactos biopsicossociais na infância já acometidos pelo isolamento social (ALMEIDA, et. al., 2021).

Desta forma, as mídias digitais integram-se às práticas de violência contra a infância, levando em conta que a ocultação do real número de ocorrências de violência doméstica colabora para a continuidade dessa prática, além disso, Brandão (2021) pontua que a desigualdade social desfigura o acesso integral às informações para toda a população, devido à insuficiência de recursos. Para além deste ponto, observa-se que em meio à quarentena, a infância foi reputada a partir de experiências inovadoras que constituem a modificação do cotidiano e das rotinas, tendo em vista que mesmo diante do brincar, da imaginação, da exploração e das descobertas, a realidade se tornou confinada, cerceada e oculta (FIUZA; KLANOVICZ, 2021).

Assim, a quarentena abriu portas para novas experiências vivenciadas na infância, onde pôde-se verificar o fortalecimento das relações intermediadas por meio da tecnologia digital. A interconexão via redes sociais e a utilização de aparelhos tecnológicos ganhou maior proporção nos ambientes familiares durante a pandemia, devido a capacidade de ajustar-se tanto em um caráter educativo quanto para um instrumento de lazer (BRANDÃO, 2021). Todavia, embora dispondo de incontáveis ocupações que visam o entretenimento das crianças, a tecnologia, as mídias digitais e as redes sociais também puderam ser classificadas como coadjuvantes da violência.

Os atentados concedidos pela tecnologia fragilizaram a imagem das crianças através da exposição de suas imagens de maneira ilegal, uma vez que reforçam a desvalorização desses sujeitos, ademais, durante a quarentena constata-se o aumento da pornografia infantil (BRANDÃO, 2021). Conteúdos ilícitos, já existentes na internet, foram amplamente disponibilizados e tiveram uma ampliação de acessos, pois sem a supervisão dos pais e/ou responsáveis, que já estavam esgotados fisicamente e emocionalmente na pandemia, as crianças tiveram livre acesso à conteúdos inapropriados para a sua faixa etária, além de consumirem conteúdos maçantes que retrataram os prejuízos causados pela Covid-19 (DESLANDES; COUTINHO, 2020).

Alinhando-se a este ponto, destaca-se a elevação do consumo de notícias substanciais acerca da pandemia, cujo consumo excessivo pode implicar em prejuízos na saúde mental das crianças. Outro fator importante descrito por Deslandes e Coutinho (2020) relaciona-se à violência autoprovocada/auto infligida pelas crianças e adolescentes durante a pandemia, cujos métodos para a prática desta violência puderam ser encontrados em demasiadas publicações no universo online. As postagens analisadas envolviam desafios conturbadores, perigosos e nocivos para a saúde das crianças como as incitações que envolviam o álcool em gel, “a peculiaridade desses atos é que são revestidos do tom de “brincadeira” ou assumem o formato de um “game” (...)” (DESLANDES; COUTINHO, 2020, p. 2483).

Ampliando os olhares para as demais conjunturas existentes durante este período, constata-se a fragilidade, falta de suporte e atendimento e/ou ausência dos serviços de apoio ofertados às crianças em situação de vulnerabilidade em meio a desigualdade social (MORAIS, 2021; Da SILVA, 2021). A ausência da criação de políticas públicas ou serviços sociais básicos implicam na garantia da proteção integral da criança, uma vez que se constituem de serviços de atendimento essenciais e prioritários, quem devem estar disponíveis em quaisquer circunstâncias, como apresenta a Lei nº 14.022, de 7 de julho de 2020, elaborada em função da criação de medidas de enfrentamento à violência contra mulheres e crianças durante a emergência de saúde pública decorrente do coronavírus. (CABRAL, et. al., 2021; OLIVEIRA, et. al., 2022).

Outrossim, a violência contra as crianças encontra-se implícita em meio à negligência e/ou ausência parental, tendo em vista que a omissão de prestar cuidados essenciais à criança configura-se como negligência infantil, que as torna ainda mais expostas (Da SILVA et. al., 2021). Neste ponto, de acordo com Moraes (2021) pôde-se notar algumas formas de violência infantil que as crianças desassistidas pelos responsáveis sofreram durante o período de internação hospitalar, como/ abusos físicos, psicológicos, descuido ou atos violentos praticados contra as crianças por parte dos responsáveis.

Por fim, a saúde física e mental das crianças também foi afetada, tendo em vista o aumento de fatores estressores dentro de casa, que se revertem em variações emocionais, levando ao aumento da ansiedade, depressão e estresse. (MARQUES, et. al., 2020; FIUZA; KLANOVICZ, 2021). Esta conjuntura interpassa a relação do lar como um ambiente seguro e protetor, para se tornar um local de maior fragilidade, pois a soma

das relações negativas implantadas no espaço de convívio familiar resulta no reforço de características violentas e relutâncias enérgicas por parte dos indivíduos.

Procedimentos metodológicos

Inicialmente, o problema de pesquisa investigado neste trabalho caracteriza-se a partir da integralização de temas relacionados à infância e pandemia, dentro do campo de estudos da Sociologia da Infância no Brasil. Estes fatores estão ligados a uma pesquisa mais ampla, coordenada pela Profa. Dra. Monique Ap. Voltarelli, realizada a título do Programa de Iniciação Científica (ProIC) na Universidade de Brasília.

A metodologia, por sua vez, trata-se da exploração dos assuntos e temáticas existentes no paradigma da Sociologia da Infância em torno de quatro questionamentos centrais, a saber, como estudar as crianças fora das escolas durante a pandemia? Como essas crianças estão sendo representadas pelos pesquisadores? Quais desafios estiveram presentes na infância fora da escola? De que modo trazer visibilidade para a infância que não foi percebida durante este período?

A pesquisa, de natureza qualitativa, busca mapear as produções acadêmicas desenvolvidas durante o período pandêmico, de modo a extrair significados temáticos ou significantes e localizar publicações e pesquisas realizadas acerca da infância brasileira diante do impacto gerado pela Covid-19 na vida das crianças. O recorte temporal da pesquisa refere-se aos anos de 2020 a 2022, com isso, considerando-as como um conjunto de ferramentas que possibilitam de forma simplificada, integrada e dinâmica a coleta dos dados científicos necessários para a elaboração da pesquisa e ampliação dos estudos que irão compor esse trabalho, o levantamento de dados ocorreu a partir de três plataformas digitais: o portal de Periódicos CAPES, Google Acadêmico e Scielo.

Para realização das buscas, foram indexados nas três plataformas os termos “Infância e pandemia”, “criança e pandemia”, “infância e Covid-19” e “criança e Covid-19”. Com isso, apuraram-se apenas artigos que indicam coligação entre a infância e a Covid-19, o isolamento social, as crianças e os obstáculos enfrentados por elas enquanto estavam fora da escola, assim como em outros espaços sociais. O levantamento de dados encontrou ensaios, monografias, boletins, recortes de livros, notícias e notas técnicas para responder às questões da pesquisa e auxiliar na elaboração de novas questões.

Todavia, para composição do corpus deste trabalho optou-se apenas pela seleção de artigos científicos relacionados à violência infantil no Brasil durante a pandemia da

Covid-19, uma vez que os artigos científicos contêm dados essenciais para a produção de textos acadêmicos, com novos esclarecimentos e atualizações acerca do cenário atual. Os resultados encontrados foram organizados em planilhas do Excel, para listagem e organização das produções de acordo com suas características tais como: título, referência bibliográfica, link, ano da publicação, autor/a e plataforma consultada.

Em seguida, houve a organização dos dados em uma única tabela para realizar a condensação das temáticas por aproximação de assunto abordado e divisão em categorias relacionadas ao tema de pesquisa, além disso, foi realizada a exclusão de títulos repetidos, sendo considerado apenas a primeira ocorrência, e de estudos que não traziam evidências relacionadas ao tema revertendo-se em 83 artigos para análise, ademais, cada tabela dispôs de uma planilha em particular.

Desta forma, selecionou-se a subcategoria “Crianças e a violência durante o isolamento social na pandemia” como foco de pesquisa para ampliar as investigações. Este conjunto de dados elencou ao todo dezesseis trabalhos, os títulos referentes à violência foram alocados em uma tabela do Excel, a qual apresentou informações como: autor, título, ano de publicação e plataforma consultada, intercorrendo a análise das publicações.

A leitura dos textos ocorreu por ordem de similaridade dos conteúdos manifestados nos títulos, a leitura preliminar consistiu em direcionar o foco para a verificação da metodologia, dos dados, dos resultados obtidos nas pesquisas e das considerações finais apresentadas por cada autor, extraíndo expressões e conceitos chave, como o principal ponto abordado no texto, a fim de realizar as análises dos dados.

Apresentação e discussão dos dados

A partir das referências indexadas no Quadro 1, as quais abarcam respectivamente o/a autor/a, o título e o ano de publicação dos periódicos elencados, analisa-se que os dados elencados na categoria “crianças e a violência durante o isolamento social na pandemia”, totalizam-se em dezesseis trabalhos, selecionados com base nas plataformas supracitadas. As publicações, por sua vez, manifestam variados aspectos e características dos diferentes tipos de violências praticadas contra

as crianças no período da quarentena. Sob o olhar e reflexão dos/as autores/as escolhidos/as, realiza-se a análise dos artigos com base nos dados fornecidos pelos mesmos, reconhecendo que uma vez agravada consideravelmente, a prática da violência infantil resultou em inúmeros impactos físicos, sociais e psicológicos na vida das crianças.

Quadro 1 – Publicações analisadas

SCielo	CAPEs	Google Acadêmico	Google Acadêmico
LEVANDOWSKI, M. L. et al. Impacto do distanciamento social nas notificações de violência contra crianças e adolescentes no Rio Grande do Sul, Brasil. 2021.	MARQUES, E. S. et al. A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. 2020.	SOARES, C. F. et. al. Fatores precipitantes e/ou agravantes da violência no contexto da Covid-19. 2021.	DE MORAIS, B. P. de S. Relato de experiência no acompanhamento dos casos de violência contra criança: reflexões sobre a pandemia por causa da contaminação pela Covid-19. 2021.
OLIVEIRA, A. P. F. de et al. Violência contra crianças e adolescentes e pandemia – Contexto e possibilidades para profissionais da educação. 2022.	SILVA, J. O. L. et. al. Incidência de violência física doméstica contra crianças e adolescentes em uma cidade do interior da Bahia durante a pandemia de COVID-19. 2021.	SILVA, M. C. B. da et al. Evidências sobre os impactos da pandemia da Covid-19 na violência contra crianças: Scoping review. 2021.	LEVANDOWSKI, M. L. et al. Proteção infantil durante a COVID-19: até quando os casos de maus-tratos infantis continuarão sendo subnotificados?. 2021.
	BRANDÃO, I. C. J. Infância em tempos de pandemia. 2021.	CABRAL, I. E. et. al. Diretrizes brasileiras e portuguesas de proteção à criança vulnerável à violência na pandemia de COVID-19. 2021.	FIUZA, D. R. et. al. Infância e violência em tempos de pandemia COVID-19. 2021.
	DESLANDES, S. F. et. al. O uso intensivo da internet por crianças e adolescentes no contexto da COVID-19 e os riscos para violências autoinfligidas. 2020.	ALMEIDA, I. M. G. et. al. Os impactos biopsicossociais sofridos pela população infantil durante a pandemia do COVID-19. 2021.	PLATT, V. B. et. al. Violência contra crianças e adolescentes: notificações e alerta em tempos de pandemia. 2021.
		MOREIRA, R. B. da R. et. al. Os impactos da pandemia de Covid-19 no enfrentamento da violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes. 2020.	DE SOUZA, C. S. et. al. Violência infantil na pandemia. 2021.

Fonte: Elaboração própria, 2022.

Inicialmente, à luz da concepção da infância, as autoras Fiuza e Klanovicz (2021) iniciam seu artigo a partir de uma análise da infância, no qual a identificam como um conceito repleto de historicidade, assim como um campo de embate político, mediado por aspectos sociais e culturais. Percebem a infância como “uma invenção de cada época” (p.2; 3), livre de um período determinado pelo desenvolvimento neuropsicomotor. Assim, reconhecem a importância de evidenciar a infância como uma construção social e histórica, levando em conta a unicidade e a distinção das vivências de cada criança para valorizá-las em sua totalidade, a fim de ser possível alcançar novos caminhos para a transformação.

A autora Brandão (2021) acrescenta dizendo que “refletir sobre a infância requer pensar as infâncias, no plural, pois compreendemos que não dá para homogeneizar sujeitos de realidades tão distintas: indígenas, moradores de rua, quilombolas, imigrantes, etc.” (p.2), o que reafirma a pluralidade das infâncias, visando a sua multiculturalidade. Desta forma, evidenciam-se no período da pandemia da Covid-19 as diferentes conjunturas vivenciadas pelas crianças em nosso país, tendo em vista a desigualdade social e a divisão de classes como também citam Fiuza e Klanovicz (2021).

Destarte, relacionar a infância com a pandemia da Covid-19 requer uma interconexão com os paradigmas que envolvem a sociologia da infância, tendo em vista que esses princípios se refletem em aspectos fundamentais para o entendimento das crianças, que embora determinadas como sujeitos de direitos ainda se encontram submissas ao poder do Estado, que tem deixado a margem essa categoria geracional em âmbito de políticas sociais. Qvortrup (2014) destaca que esta fase reverbera a historicidade de acontecimentos evidentes na sociedade, pois a infância se resulta em uma “ação recíproca entre parâmetros sociais – econômicos, políticos, sociais, tecnológicos, culturais, etc.” (QVORTRUP, 2014, p. 25), dessa forma, dá-se a importância da construção coletiva de uma consciência sobre a infância, a qual envolve a inclusão de suas múltiplas perspectivas na vida pública, a fim de romper com a invisibilidade imposta sobre essa categoria geracional.

De acordo com os pareceres pontuados, Fiuza e Klanovicz (2021) observam que, embora todos tenham sofrido grandes impactos emocionais, as crianças que pertencem às camadas privilegiadas desfrutaram de experiências totalmente diferentes das crianças oriundas das camadas populares, pois nesses locais predominava-se a insegurança em relação à diversos fatores, principalmente no que tange a violência doméstica. Deste modo, torna-se possível destacar a divisão de classes em nossa sociedade como principal fator agravante dos prejuízos vivenciados pelas crianças, uma vez que a precariedade assistencial existente nas classes populares afetou diretamente a proporção nos índices de violências.

No ano de 2020, a disseminação do vírus da Covid-19 desdobrou-se em uma pandemia mundial, que por sua vez, resultou em incontáveis alterações repentinas nas rotinas pessoais, na vida e nas práticas cotidianas da população, outrossim, apesar da emergência de saúde pública em nível mundial ter instaurado inúmeras mudanças repentinas e repercussões negativas para a população, a medida restritiva

adotada e recomendada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) tornou-se imprescindível para conter a disseminação do novo coronavírus. Consta-se que todos os indivíduos experienciaram os numerosos efeitos causados pela pandemia e pela quarentena, em especial as crianças, tendo em vista que a infância é diretamente influenciada pelas forças sociais e políticas, dado que a ocorrência de fenômenos em nossa sociedade afeta diretamente as crianças (QVORTRUP, 2011).

As crianças encontram-se inseridas na sociedade, pois “a infância é influenciada de um modo particular pelas forças sociais” (QVORTRUP, 2011, p. 207), não podendo ser negadas ou ocultas por parte do Estado em virtude de sua faixa etária, ainda assim, os impactos sentidos com a pandemia repercutem em consequências para a vida das crianças, pois os prejuízos presenciados no mundo adulto, como o desemprego, tornam as crianças ainda mais vulneráveis em virtude de sua dependência dos adultos.

Considerando que o foco desta pesquisa busca investigar as múltiplas realidades das infâncias vivenciadas durante a pandemia, os autores Marques et al. (2020), Silva et.al. (2021), Fiuza e Klanovicz (2021) e Cabral et. al. (2021) realçam em suas publicações que dentre as inesperadas mudanças ocorridas, também sobressaem variações na dinâmica relacional, alinhadas à busca pela sobrevivência e/ou supressão das necessidades básicas. Além do desemprego, a insegurança diante da doença, as oscilações econômicas, a intensificação das medidas de prevenção, o medo causado pelo aumento das taxas de mortalidade, o despreparo emocional, a multiplicação do estresse parental, a modificação nas relações familiares entre parceiros e entre pais e filhos, entre outros, tornaram-se fatores infiltrados nos lares, que somados ao isolamento social, acentuaram a violência intrafamiliar.

Assim, segundo Marques et. al. (2020) e Fiuza e Klanovicz (2021) o isolamento social impediu o acesso à locais públicos e subtraiu as possibilidades de deslocamento, de contato com as pessoas e de realizar afazeres diários. Estes fatores afloraram os sentimentos de irritação, estresse e ansiedade nas crianças, favorecendo a presença de comportamentos agressivos ou de desobediência nos lares. Silva et. al. (2021) também citam alguns fatores que se agravaram por efeito do distanciamento social, tais como o aumento dos casos de violência doméstica e infantil, maus-tratos, negligência, abuso psicológico e exploração infantil, riscos de violência e a dificuldade de identificar e relatar os casos. Em um diálogo, Oliveira et. al. (2022) destacam que a violência intrafamiliar sempre existiu e se fortaleceram em

virtude do isolamento social, sendo em alguns casos originada por brigas entre o casal e por fim, Platt, Guerbert e Coelho (2021) complementam afirmando que “as restrições de movimento, as limitações financeiras e a insegurança generalizada encorajam os abusadores, dando-lhes maior sensação de poder de controle”. (p.4).

Com isso, é possível perceber a acentuação da vulnerabilidade na infância, pois as crianças estiveram mais suscetíveis às implicações provocados pela Covid-19 à custa da dependência existente em relação aos adultos, e por serem vistas como seres imaturos, que não correspondem à lógica de um sistema produtivista e capitalista (QVORTRUP, 2011). Ademais, durante a pandemia, as crianças novamente tiveram seus direitos rompidos e negados, por parte da omissão do Estado em relação a criação de políticas públicas que integrassem a proteção integral à infância, além de terem suas vozes reprimidas, pois em muitos casos foram desconsiderados seus anseios, pensamentos e perspectivas em relação ao que vivenciaram, somados à impossibilidade de frequentar locais públicos. Este ponto alinha-se ao cenário da negligência parental, explicada por Marques et. al. (2020) quando citam que “há riscos de perda ou separação dos pais devido ao isolamento/quarentena, o que pode tornar a criança desassistida por um adulto” (p.3), além do abandono, violência física, psicológica, sexual, trabalho infantil, etc. citados por Platt, Guerbert e Coelho (2021) que também se configuram como negligência parental.

Em razão da inibição da presença dos indivíduos em espaços comuns os autores Marques et. al. (2020), Silva et. al. (2021), Soares et. al. (2021), Fiuza e Klanovicz (2021), Brandão (2021), Oliveira et. al. (2022), Platt, Guerbert e Coelho (2021) e Cabral et. al. (2021) concordam que ao vedar a participação dos indivíduos em atividades rotineiras como frequentar a escola, creches, igrejas, locais públicos, serviços sociais, de proteção ou de saúde, etc., também foram bloqueadas as relações interpessoais, assim como a identificação de casos de violência infantil, uma vez que esses locais eram os principais identificadores. Cabral et. al. (2021) acrescenta que crianças que vivem em contexto de extrema pobreza, refugiadas, migrantes, em situação de rua, localizadas em áreas periféricas e/ou áreas de conflito, com deficiência ou outras necessidades sociais e de saúde específicas são as mais vulneráveis, o que torna ainda mais evidente a invisibilização das crianças pertencentes a esses grupos.

Marques et. al. (2020), Silva et. al. (2021) e Cabral et. al. (2021) comparam

que a fragilidade de mulheres, crianças e adolescentes deu margem para a presença de comportamentos agressivos nos lares, assim como o convívio limitado ao círculo familiar mais próximo. Do mesmo modo, compara-se que o lar deveria ser um local seguro, configurado como um ambiente de proteção, como afirma Silva et. al.¹ (2021), Marques et. al. (2020) e Fiuza e Klanovicz (2021), porém, durante o isolamento, o lar se tornou o espaço de maior vulnerabilidade com grandes índices de violência, “o cenário dos diferentes tipos de violência contra crianças e adolescentes brasileiras acontecem no ambiente familiar” (FIUZA; KLANOVICZ, 2021, p. 6).

Com isso, pode-se notar que mesmo dentro de casa as crianças não estavam seguras ou protegidas, pois a violência esteve internamente presente nos lares, enquanto a realidade permaneceu oculta como reconhecem os autores Marques et. al. (2020), Silva et. al. (2021), Soares et. al. (2021), Fiuza e Klanovicz (2021), Brandão (2021), Moreira e Magalhães (2020), Oliveira (2022), Platt, Guebert e Coelho (2021), Levandowski et. al. (2021) e Cabral et. al. (2021) ao avaliar que a escola dispõe de um papel valioso na identificação de casos de violência doméstica e/ou abuso infantil para crianças localizadas em ambientes de maior vulnerabilidade, por se tratar de um espaço seguro, sendo o professor considerado um agente confiante ao analisar as manifestações e sintomas que a criança apresenta em relação ao fenômeno ocorrido. Outrossim, Brandão (2021) e Oliveira (2022) acrescentam dizendo que para muitas crianças a privação da escola resulta na falta das refeições diárias, uma vez que muitas se alimentavam apenas neste espaço, o que também se configura como uma prática da violência infantil.

O ambiente escolar, o professor e/ou profissionais com domínio na abordagem da violência infantil são capazes de fornecer proteção e apoio para crianças inseridas em um contexto violento. Todavia, uma vez fechadas as instituições “os casos de violência doméstica e maus-tratos infantis são mais prováveis de permanecerem não notificados e/ou não identificados” (OLIVEIRA et. al., 2022, p.6), o que atribui à escola o principal fator para a predisposição à violência, uma vez que o confinamento das infâncias também impediu a sua proteção, pois em raros casos o/a professor/a conseguirá identificar um caso de violência por meio do ensino remoto.

O papel de identificação de casos de violência foi deferido para vizinhos e até outros membros da família, o que não qualifica uma “solução”, pois dificilmente

os casos puderam ser identificados à distância, além da redução de comunicação entre a população. Para mais, outro tipo de violência que se intensificou durante a pandemia foi a violência sexual intrafamiliar, caracterizada segundo Moreira e Magalhães (2020) por estupro, assédio, atentado violento ao pudor, exploração sexual e pornografia infantil, os autores referenciam esse tipo de violência como uma forma silenciosa de violação de direitos, o que se direciona ao foco desta pesquisa, a qual investiga a invisibilidade que permeou as crianças durante a pandemia.

Para além das instituições educativas e da violência intrínseca nos lares, os autores Soares et. al. (2021) incluem a fragilidade dos serviços de apoio ofertados para a proteção e para a saúde das crianças, devido a redução do horário de expediente durante a quarentena e da inconstância do Estado no que tange a criação de políticas públicas que exacerbem os sistemas assistenciais. Com isso, Moraes (2021) em sua publicação percebe a violência infantil como uma questão de saúde pública, a qual também é definida pela Organização Mundial da Saúde (OMS), a autora apresenta relatos de uma equipe multiprofissional de agentes da saúde que atuam em ambulatórios e enfermarias, durante o período da pandemia da Covid-19.

Os relatos apontados pelos profissionais da saúde entrevistados pela autora Moraes (2021) condizem que a violência contra a criança pode ser identificada mediante alguns fatores durante o período de internação hospitalar, como a ausência dos responsáveis durante a internação, relações violentas no cotidiano ou com a conclusão de que o diagnóstico clínico é resultado da ausência de cuidado ou de um ato violento. Os casos acompanhados em seu artigo, classificaram-se como risco social, violência psicológica, negligência, violência física e abuso sexual. Na maioria das vezes, os relatórios e laudos referiam-se apenas ao esclarecimento sobre o adoecimento e/ou ao estado de saúde da criança, não relacionando situações de violência ou descuidados que vieram a ser o motivo da internação, o que acaba reforçando os episódios de negligência contra a criança e inibindo a assistência à muitas ocorrências atendidas pelo Serviço de Saúde.

Posteriormente, a partir dos dados analisados, fez-se evidente a existência de diferentes tipos de violência sofridos pelas crianças, os quais vão além da perspectiva multidimensional da violência sofrida no ambiente familiar, Brandão (2021) exhibe outros tipos de violência sofridos pelas crianças como a violência provocada pelas tecnologias, a saber, pela exposição de imagens das crianças em

situações vexatórias, imagens de abusos, conteúdos pornográficos envolvendo crianças, propagandas antiéticas, incentivo ao consumo de produtos nocivos à saúde, entre outros, que tornaram-se capazes de causar repercussões e implicações negativas na saúde mental das crianças que já sentiam-se afetadas pelas modificações provocadas pela Covid-19. Os autores Deslandes e Coutinho (2020) ao dialogar acerca da socialização e da conexão pelo meio digital durante o isolamento da pandemia, complementam que “a rotina das pessoas passou a ser mediada exclusivamente pelo mundo digital” (p. 2481).

Com isso, a ampliação de tempo frente às linhas de conexões digitais, indicou um ambiente ainda mais propício para as violências infantis, pois ao não serem supervisionadas pelos pais e/ou responsáveis, as crianças puderam passar mais tempo conectadas digitalmente, consumindo massivamente incontáveis assuntos prescindíveis para sua faixa etária, uma vez que deveriam estar realizando outros tipos de atividades, as quais poderiam ser elaboradas pelos cuidadores. Para exemplificar os ataques ocorridos pela Internet, Platt, Guerdert e Coelho (2021) registram que, de acordo com a SaferNet houve um aumento de 108% nas denúncias de pornografia infantil durante a pandemia no país; só em abril de 2020 foram 9.995 denúncias.

Desta forma, dentre outros exemplos, somam-se fatores como a hiperexposição, diluição de fronteiras público-privadas-íntimas e a espetacularização de si, que além de afetarem diretamente as crianças em sua integridade física, moral e social, também ampliam as barreiras para a amplificação da violência digital, o que as torna ainda mais vulneráveis, tendo em vista a quantidade de violências previstas em meio à pandemia. Para complementar, os autores Deslandes e Coutinho (2020) discutem acerca dos impactos causados pelo excesso de telas nas crianças, pois além do uso intensivo das tecnologias digitais e do consumo massivo de conteúdos sobre a pandemia, que tornou indispensável a moderação e a supervisão dos pais e/ou responsáveis, também houve o aumento da prática de violências auto infligidas/autoprovocadas.

A violência infligida/autoprovocada compreende diversos fenômenos, desde a ideação suicida, as autoagressões, as tentativas de suicídio e os suicídios, que são vistos como jogos, brincadeiras ou desafios no mundo online. Platt, Guerdert e Coelho (2021) apontam cerca de 1.851 notificações no SINAN, por profissionais da saúde, de casos suspeitos ou confirmados da violência interpessoal ou alto

provocada, na faixa etária de 0 a 19 anos, em municípios catarinenses. Nota-se que o fenômeno da violência autoprovocada/infligida causa um espanto imensurável, pois além das ameaças existentes na pandemia, as próprias crianças localizaram meios de influência de como violentar a si própria, mesmo que por uma brincadeira, destarte, essas ocorrências nos levam a questionar como essas crianças estavam sendo vistas durante a pandemia? Quem as protegia? Alguém olhava para elas e para o seu cuidado? Porque mesmo as que estavam a “salvo” das violências intrafamiliares ainda conseguiram se maleficiar com supostas brincadeiras e desafios lesivos?

Direcionando os olhares para o fundamento da garantia do Estado à proteção integral da infância como um direito básico e imprescindível da criança, os autores Oliveira et. al. (2022) apresentam em sua publicação uma entrevista com profissionais da educação, realizada em setembro e outubro do ano de 2020. Nos diversos relatos, são apresentadas concepções acerca da violência infantil, a princípio, os entrevistados compreendem que a violência pode estar relacionada à ausência do Estado no que concerne a defesa e a criação de políticas públicas que garantam a segurança da criança, o que corrobora para a coexistência de crimes inaceitáveis como a violência física, verbal/ou psicológica. Ademais, consideram a ausência de assistência por parte do Estado o não cumprimento de compromissos estabelecidos por lei, a falta de material escolar, a falta de segurança e a falta de estrutura como uma prática de violência contra as crianças. Em certas falas, é possível inferir a atribuição da culpabilização da vítima pelas barbaridades que sofre, pelo comportamento “informal” e em alguns casos, pontuam que a violência decorre da convivência com pais alcoólatras e/ou usuários de drogas.

Uma ocorrência interessante percebida ao longo dos trabalhos, consiste na análise de Silva et. al. (2021), os quais salientam a diminuição das notificações dos casos de violência a partir do início do período de isolamento social em 2020, ademais, Moraes (2021), Platt, Guerdert e Coelho (2021), Levandowski et. al. (2021) e Cabral et. al. (2021) também afirmam que houve diminuição apenas no número de denúncias, mas não nos casos de violência infantil, o que mais uma vez demonstra a invisibilidade das crianças vítimas da sociedade brasileira, que foram silenciadas e vulnerabilizadas a partir de inúmeras formas durante a quarentena, onde não possuíam espaços de sociabilidade que as acolhessem em seus anseios, manifestações, desejos, opiniões e sentimentos vivenciados durante esta pandemia.

Com isso, sucede-se a percepção de variadas formas de violência contra as crianças, Fiuza e Klanovicz (2021) reconhecem a violência através de uma relação hierárquica e soberana, também comentada por Cabral et. Al. (2021), provinda de uma cultura adultocêntrica em relação à criança, que a aloca em um espaço de submissão e dependência, “muitas crianças vivenciam o abuso de poder na relação com o adulto que convivem, são expostas a situações de maus tratos, abuso sexual, trabalho infantil, prostituição, impactando a trajetória da vida pessoal, emocional, social e comunitária.” (FIUZA; KLANOVICZ, 2021, p. 6), especialmente ao se tratar de meninas, pois representam grande parte dos números de notificações dos casos de violência como percebe Levandowski et. al. (2021).

Desta forma, erguem-se os impactos causados nas crianças durante a pandemia, vale ressaltar que mesmo dispondo de diversos documentos constitucionais que visam o enfrentamento e o combate aos maus-tratos na infância, esses seres ainda se encontram sem a mínima garantia protetiva para o seu desenvolvimento integral, levando em consideração o aumento de “maus-tratos; negligência; abuso psicológico e exploração; atendimento de traumas contusos e craniano por abuso infantil; crimes e exploração sexual infantil online; número de estupros de menores perpetrado por membros da família; além das formas mais graves de lesões por uso de armas de fogo e armas brancas.” (SILVA et. al., 2021, p. 9-10).

Além disso, esses fatores acentuaram-se de acordo com Soares et. al. (2021), Deslandes e Coutinho (2020), Oliveira et. Al (2022), Platt, Guerbert e Coelho (2021) e Cabral et. al. (2021) devido aos coeficientes precipitadores/agravantes da violência, que consistem em mudanças comportamentais e alterações emocionais, como agitação, ansiedade, estresse e até pânico nas crianças que muitas vezes não entendem a gravidade e os riscos causados pelo vírus da Covid-19. Os autores pontuam que as crianças nesse meio não dispuseram da ajuda parental para a compreensão e raciocínio sobre as explicações lógicas e congruentes em relação ao vírus, que estiveram “entediadas” em meio a inatividade ou desfrutando excessivamente das tecnologias e do consumo intensivo de questões nocivas para a saúde mental infantil como número de casos de infectados, de pessoas internadas e de vítimas da Covid-19.

Platt, Guerdet e Coelho (2020) e Cabral et. al. (2021) reintegram que o confinamento trouxe diferentes mudanças na rotina dos membros da família, tal

fator resultante de estresses, pode acarretar em consequências para toda a dinâmica familiar caso não seja bem conduzido. De acordo com Levandowski et. al. (2021) “evidências apontam que períodos de crise e desastres aumentam o número de casos de violência à criança” (p. 8), tendo em vista o isolamento social e a recessão econômica. Essas consequências podem atingir a saúde física e mental da população infantojuvenil, sobretudo das crianças pequenas, que não têm ferramentas necessárias para se ajustar ao estresse nem para transpô-lo, o que pode torná-lo especialmente lesivo.

Além disso, a interrupção do contato com os colegas da escola, a falta da estrutura e apoio da escola e a dificuldade de adaptação às novas rotinas, podem acarretar atitudes perturbadoras e desobedientes por parte das crianças, as quais tornam-se difíceis de serem gerenciadas pelos pais ou cuidadores em diversos casos, que acabam respondendo com ações agressivas e violentas. Souza, Razoni e Sousa (2021) em sua pesquisa em andamento reconhecem que a violência infantil pode acarretar consequências severas à vítima, como transtornos de personalidade, depressão, medo, insegurança, entre outras. Moreira e Magalhães (2020) complementam dizendo que os danos sociais, físicos e psíquicos gerados pela violência intrafamiliar fazem parte do cotidiano de muitas crianças.

Brandão (2021) afirma que as crianças sofreram violência desde o início da pandemia com o isolamento social, visto que o afastamento de parentes próximos e perda de vidas familiares resultou em muitas crianças órfãs. A qualidade de vida das crianças foi afetada e elas foram colocadas em situações de vulnerabilidade, além de serem identificadas como transmissoras em potencial da Covid-19, o que lhes agravou o medo. Ademais, a perda da renda familiar aumentou as ocorrências de trabalho infantil, alinhados ao crescente índice de evasão escolar, assim, novamente esses aspectos condizem com o rompimento dos direitos das crianças desprotegidas pelo Estado, principalmente quando se trata das menos favorecidas, uma vez que tanto a suspensão da vida escolar acadêmica quanto a prática de crime relacionado ao trabalho infantil acometerão em danos incalculáveis em suas múltiplas esferas sociais e psicológicas, que irão perdurar por toda a existência.

Almeida et. al. (2021) apesar de não abordarem assuntos relacionados diretamente à violência infantil, os autores também apresentaram impactos sofridos pelas crianças em detrimento da solidão como sintomas depressivos e problemas psicológicos que envolvem ansiedade, tristeza, depressão, culpa, preocupação,

desamparo, medo, nervosismo e até transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) em crianças que passaram por isolamento ou quarentena. Além disso, Cabral et. al. (2021) menciona que “as consequências da violência podem se perdurar ao longo da vida, afetando o desenvolvimento potencial do indivíduo com danos irreversíveis e trazendo impactos que se estendem às famílias e à comunidade”. (p. 11).

Por fim, conclui-se que os autores em âmbito geral, enfatizam que a violência infantil é considerada crime, uma vez que acarreta imensuráveis danos contra a vida da vítima. Do mesmo modo, é possível perceber a presença de diversos tipos de violência, que para além da violência intrafamiliar, se intensificaram durante o período de isolamento social. Os autores citam a violência digital, a falta de apoio do Estado, a violência doméstica, psicológica, sexual, auto infligida, etc., além de concordar que o lar deveria ser um lugar seguro, porém se tornou um ambiente propício à violência.

Em razão do isolamento social, a escola deixou de cumprir um papel importante em relação às denúncias contra a violência doméstica, assim como os serviços de saúde e de proteção à criança, que tiveram seus serviços fragilizados pelo fechamento dos ambientes. Para concluir, os autores dialogam acerca de alternativas de cuidado e proteção das crianças na pandemia, como redes de assistência, canais de denúncia, punição aos agressores, etc., afinal, “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.” (BRASIL, 1990).

Considerações finais

Os artigos analisados permitiram compreender os aspectos multidimensionais que levaram à amplitude da prática da violência contra as crianças durante o isolamento social, uma vez acentuada em detrimento das modificações causadas na sociedade pela Covid-19. Por sua vez, percebe-se que embora o confinamento tenha ampliado os índices de violência nos lares como reconhecem Moraes (2021), Platt, Guerdert e Coelho (2021), Levandowski et. al. (2021) e Cabral et. al. (2021), ocorreu a diminuição dos registros de denúncias contra a violência intrafamiliar.

Do mesmo modo, salienta-se que a elevação da violência, principalmente nos ambientes domésticos, dá-se a partir da interrupção do acesso da população aos

espaços públicos, que se configuravam como principais identificadores da ocorrência de violências, tais como as instituições educativas, serviços de apoio e proteção e serviços de saúde como apresentam Marques et. al. (2020), Silva et. al. (2021), Soares et. al. (2021), Fiuza e Klanovicz (2021), Brandão (2021), Moreira e Magalhães (2020), Oliveira(2022), Platt, Guebert e Coelho (2021), Levandowski et. al. (2021) e Cabral et. al. (2021).O não comparecimento a esses locais dificultou o reconhecimento de agressões físicas, psicológicas, maus-tratos, abusos etc., contra as crianças, tornando-as mais vulneráveis e expostas à violência, principalmente em seus lares.

Reconhecer os intensos danos físicos, psicológicos e sociais originados nas crianças pela quarentena torna-se objeto primordial de investigação nesta pesquisa, dado a necessidade de explorar em meio a publicações, artigos e periódicos, as implicações que envolvem aspectos relacionados às representações das crianças vítimas de violências pelos autores, e de que forma a infância foi vivenciada diante de uma conjuntura devastadora, tendo em vista a singularidade de cada contexto social que envolve a pluralidade das infâncias brasileiras.

Para mais, destaca-se de acordo com Soares et. al. (2021) a fragilidade nos serviços de apoio durante o cenário pandêmico, pela redução das cargas horárias presenciais. Dado isso, o rompimento dos direitos das crianças torna-se em essência como uma prática violenta contra a infância, tendo em vista que o direito à liberdade apresentado pelo art. 16 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) compreende, entre outros incisos, “ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários(...)”, “opinião e expressão”, “brincar, praticar esportes e divertir-se”, “participar da vida familiar e comunitária(...)”, “participar da vida política(...)” e “buscar refúgio, auxílio e orientação” (BRASIL, 1990). Além de ser dever do Estado promover “programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, admitida a participação de entidades não governamentais (...)” (BRASIL, 1988).

A permanência constante nos lares exacerbou a falta de paciência, a elevação do estresse e a preocupação dos pais que se refletiram em males descontados nas crianças, devido aos altos índices de desemprego, instabilidade econômica e queda da renda econômica causada pela Covid-19, como situam Marques et al. (2020), Silva et. al. (2021), Fiuza e Klanovicz (2021) e Cabral et. al. (2021), Soares et. al. (2021), Da Silva et. al. (2021), e Almeida et. al. (2022). Esses fatores resultaram em

alterações comportamentais e desobediência, somando-se em agressões físicas e atitudes impacientes para lidar com as crianças, que segundo Deslandes e Coutinho (2020) e Platt, Guerdert e Coelho (2021) também contribuíram para um maior tempo de exposição das crianças às telas.

Estando demasiadamente conectadas às mídias digitais e redes sociais, sem a supervisão dos pais e/ou responsáveis, as crianças obtiveram livre acesso à diversidade de assuntos que a internet abarca, incluindo notícias excessivas e prejudiciais à saúde mental sobre a pandemia, além de práticas violentas e lesivas presentes em conteúdos inadequados para a faixa etária infantil. Ademais, a violência contra as crianças foi evidenciada pela tecnologia digital na medida em que houve o aumento da exposição de imagens ilegais das crianças como expõem Platt, Guerdert e Coelho (2021) e Brandão (2021). Também estiveram evidentes incentivos para a realização de desafios perigosos e nocivos, a exemplo da manipulação de produtos tóxicos e/ou brincadeiras com álcool em gel, que as plataformas digitais julgaram como formas de lazer ou métodos para a ocupação da ociosidade vivenciada em casa como pontuam Deslandes e Coutinho (2020).

Os impactos emocionais na saúde mental ocorridos devido à abusos físicos e/ou psicológicos praticados contra as crianças, manifestaram-se a partir do crescimento de sensações como o estresse, irritabilidade, ansiedade, agitação, tensão, medo, entre outros, como mostram Soares et. al. (2021), Deslandes e Coutinho (2020), Oliveira et. Al (2022), Platt, Guerdert e Coelho (2021) e Cabral et. al. (2021), dado a modificação repentina da rotina, a amplificação da insegurança causada pela pandemia e em alguns casos serem consideradas transmissoras em potencial do novo coronavírus.

O ensino remoto também afetou a estabilidade mental das crianças, na medida em que apresentavam dificuldades para aprender e sanar as dúvidas na aprendizagem à distância, devido à falta de contato e interação direta com os colegas e professores, o que também interferiu na socialização, assim como a inconsistência e impossibilidade do acesso às aulas, em razão da falta dos recursos necessários, que oprime e exclui as crianças que não possuem esses instrumentos. Portanto, observa-se que este estudo compreende a importância de trazer visibilidade para as crianças que, de maneira explícita ou implícita, sofreram com a violência em sua multidimensionalidade, tendo em vista que a valorização e a defesa dos direitos básicos das crianças dispõem de um papel primordial no que tange a garantia da

proteção integral à infância.

Assim, entendendo a referência intrínseca em uma temática de relevância social, pontua-se que as crianças ainda carecem de espaço, proteção e participação ativa na sociedade, de modo a serem ressaltados seus pensamentos, perspectivas, emoções e narrativas que tampouco estiveram presentes dentro das pesquisas analisadas, a fim de romper com uma perspectiva adultocêntrica imposta sob suas vozes. Deste modo, a criação de políticas públicas para as crianças, com efeito nas que se encontram em situações de vulnerabilidade social, exala sua seriedade nos espaços públicos, pois uma vez consideradas sujeitos de direitos e deveres, tornam-se responsabilidade prioritária do Estado, no qual é obrigado a implementar e garantir o funcionamento de serviços sociais que visem a proteção integral à infância, a saber, em seus aspectos físico, psíquico e social.

Por fim, espera-se que este trabalho implique o aprofundamento da temática em questão, tendo em vista que além dos incontáveis questionamentos existentes, os impactos resultantes na saúde mental e física das crianças, frutos de um período pandêmico, ainda irão perdurar por muitos anos na medida em que se refletem e repercutem em características iminentes no comportamento das crianças brasileiras.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, I. M. G.; SILVA JÚNIOR, A. A. da. The biopsychosocial impacts suffered by the child population during the COVID-19 pandemic. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. e54210212286, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/12286>. Acesso em: out. 2022.

ALMEIDA, I. L. de L. et al. Social isolation and its impact on child and adolescent development: a systematic review. **Revista Paulista de Pediatria** [online]. 2022, v. 40, e2020385. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-0462/2022/40/2020385>. Acesso em out. 2022.

BRANDAO, I. C. de J. Infância em tempos de pandemia. **HOLOS**, [S. l.], v. 3, p. 1–17, 2021. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11951>. Acesso em: out. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Presidência da República. Casa Civil, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em ago. 2022.

BRASIL. **Lei no 8069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em ago. 2022.

BRASIL. **Lei nº 14.022, de 7 de julho de 2020**. Dispõe sobre medidas de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher e de enfrentamento à violência contra crianças, adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência durante a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L14022.htm#view. Acesso em nov. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990**. Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm. Acesso em ago. 2022.

CABRAL, I. E. et al. Diretrizes brasileiras e portuguesas de proteção à criança vulnerável à violência na pandemia de COVID-19. **Escola Anna Nery** [online]., v. 25, n. spe, 2021, e20210045. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2021-0045>. Acesso em out. 2022.

DESLANDES, S. F. e Coutinho, T.; O uso intensivo da internet por crianças e adolescentes no contexto da COVID-19 e os riscos para violências autoinfligidas. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. 2020, v. 25, suppl 1, pp. 2479-2486. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020256.1.11472020>. Acesso em out. 2022.

DE SOUZA, C. S.; RAZONI, B. C.; SOUSA, A. dos S. Violência infantil na pandemia. In: **Anais do Congresso Internacional de Educação e Geotecnologias-CINTERGEO**.

2021. p. 185-185. Disponível em: <
<https://www.revistas.uneb.br/index.php/cintergeo/article/view/12665>>. Acesso em out.
 2022.

FIUZA, D. R. e KLANOVICZ, L. F. Infância e violência em tempos de pandemia COVID-19. In: **IV Seminário Internacional História do Tempo Presente**-ISSN 2237-4078. 2021. Disponível em: <
<https://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/IVSIHTP/paper/view/972>>. Acesso em out. 2022.

LEVANDOWSKI, M. L. et al. Proteção infantil durante a COVID-19: até quando os casos de maus-tratos infantis continuarão sendo subnotificados? **Cadernos de Saúde Pública** [online]. 2021, v. 37, n. 5, e00078421. Disponível em:
 <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00078421>>. Acesso em out. 2022.

LEVANDOWSKI, M. L. et al. Impacto do distanciamento social nas notificações de violência contra crianças e adolescentes no Rio Grande do Sul, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública** [online]. 2021, v. 37, n. 1, e00140020. Disponível em:
 <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00140020>>. Acesso em out. 2022.

MARQUES, E. S. et al. A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. **Cadernos de Saúde Pública** [online]. 2020, v. 36, n. 4, e00074420. Disponível em:
 <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00074420>>. Acesso em out. 2022.

MORAIS, B. P. DE S. DE. Relato de experiência no acompanhamento dos casos de violência contra criança: reflexões sobre a pandemia por causa da contaminação pela covid-19. **Práticas e Cuidado: Revista de Saúde Coletiva**, v. 2, p. e13151, 9 dez. 2021. Disponível em:
 <<https://www.revistas.uneb.br/index.php/saudecoletiva/article/view/13151>>. Acesso em out. 2022.

MOREIRA, R. B. da R.; MAGALHÃES, D. K. de O. Os impactos da pandemia de covid-19 no enfrentamento da violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes. **Revista da Jornada de Pós-Graduação e Pesquisa-Congrega Urcamp**, v. 16, p. 269-275, 2020. Disponível em: <
<http://revista.urcamp.tche.br/index.php/rcjpgp/article/view/3419>>. Acesso em out. 2022.

OLIVEIRA, A. P. F. de et al. Violência contra crianças e adolescentes e pandemia – Contexto e possibilidades para profissionais da educação. **Escola Anna Nery** [online]. 2022, v. 26, n. spe, e20210250. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2021-0250>>. Acesso em out. 2022.

PLATT, V. B. et al. “Violence against children and adolescents: notification and alert in times of pandemic.” **Revista paulista de pediatria: órgão oficial da Sociedade de Pediatria de São Paulo** [online]. vol. 39 e2020267. Disponível em: <[doi:10.1590/1984-0462/2021/39/2020267](https://doi.org/10.1590/1984-0462/2021/39/2020267)>. Acesso em out. 2022.

QVORTRUP, Jens. Nove teses sobre a "infância como um fenômeno social". **Proposições** [online]. 2011, v. 22, n., pp. 199-211. Epub 13 maio 2011. ISSN 1980-6248.

Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-73072011000100015>>. Acesso em nov. 2022.

QVORTRUP, J. Visibilidades das crianças e da infância. **Linhas Críticas**, [S. l.], v. 20, n. 41, p. 23–42, 2014. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/4250>. Acesso em nov. 2022.

SILVA, M. C. B. da et al. Evidence on the impacts of covid-19 pandemic on violence against children: scoping review. **Texto & Contexto - Enfermagem** [online]. 2021, v. 30, e20210058. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2021-0058>>. Acesso em out. 2022.

SILVA, J. O. L. et. al. Incidence of domestic physical violence against children and adolescents in a city in the interior Bahia during the COVID-19 pandemic. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 17, p. e47101724287, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/24287>. Acesso em out. 2022.

SOARES, C. F. S. e et. al. Fatores precipitantes e/ou agravantes da violência contra crianças no contexto da COVID-19 / Precipitating and/or aggravating factors of violence against children in the context of COVID-19. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 9430–9442, 2021. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/ojs/index.php/BRJD/article/view/23714>. Acesso em out. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em ago. 2022.